



Casa da Imprensa

**RELATÓRIO
E CONTAS 2015**



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

RELATÓRIO E CONTAS 2015

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

ÍNDICE

A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO	3
1. Órgãos sociais	3
2. Âmbito	3
3. Enquadramento regulamentar	3
B. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. Perspetiva	4
2. Associados	5
3. Saúde	6
4. Ação Social	9
5. Atividade cultural	10
6. Serviços	11
7. Finanças	11
8. Principais indicadores	16
9. Agradecimentos	16
10. Aplicação de resultados	16
11. Propostas	16
C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista	
Balanço a 31 de dezembro de 2015	19
Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2015	20
Demonstração dos Fluxos de Caixa	21
Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais	22
2. Fundos autónomos	
Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2015	23
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2015	24
Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2015	25
D. ANEXO	26
E. PARECER DO CONSELHO FISCAL	38
1. Parecer	39

A.

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: José Luiz Jacinto Fernandes (associado nº 217)

1.º Secretário: Francisca Maria Beato Leal (433)

2.º Secretário: Eunice Maria N. Lourenço (1499)

Suplentes:

Orlando César Antunes Gonçalves (199),

Jorge Alberto Monteiro de A. Vilas (751) e

José António da Câmara Pimenta de França (1541).

Conselho de Administração

Presidente: José Eduardo Goulart Machado (181)

Vice-presidente: Paulo Manuel Fernandes da Silva (857)

Vogal: Carlos Manuel Leão Marques Lobato (477)

Vogal: Rui Peres Jorge (1469)

Vogal: Joana Rute Ribeiro Pinto Coelho (5049) ⁽¹⁾

Vogal: Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Aníbal (1234) ⁽²⁾

Suplentes:

Sandro Domingos Fernandes Arruda (800)

Maria Margarida Morgado Santos Gomes (1630) e

Luísa Maria Carvalho Ferreira (669)

⁽¹⁾ Até a 30 de novembro de 2015

⁽²⁾ A partir de 30 de novembro de 2015

Conselho Fiscal

Presidente: Lurdes Jesus Fernandes Ferreira (339)

Secretário: Helder Eduardo Abreu Carvalho Martins (515)

Relator: Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho (6066)

Suplentes:

Inês Almada Cardoso Rapazote F. Teixeira (1025)

Luís Manuel Aguiar Reis Pinto (1351) e

José António Neves Veloso Domingues (1133)

Conselho Geral

Membros eleitos:

António Joaquim dos Santos (56),

Armando Pereira da Silva (49),

Joaquim José da Conceição Letria (685),

Nuno José Neves Afonso Ribeiro (248)

José Taveira Leite Pereira (211),

Armando Marques de Carvalho (119),

Maria Noélia Serra Oliveira Dias (358),

Jaime Marques de Almeida (940),

Otília Conceição Leitão Carvalho (278).

Maria Luísa Manteigas Ribeiro (133) e

Cesário Borga Martins (68)

Suplentes:

António Fernandes Melo (224)

Álvaro Esteves (123)

Ana Paula Neves Ferreira (1746)

2. ÂMBITO

A CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista (CASA DA IMPRENSA), tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925, foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa de Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará em 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, CASA DA IMPRENSA, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A CASA DA IMPRENSA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A CASA DA IMPRENSA subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento nº 44, à inscrição nº 16/81, a fls. 33 e 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento nº 45 à inscrição n.º 16/81, a fls. 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA submeter à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2015.

Além do balanço global, que destaca as prioridades e perspectiva a orientação do trabalho realizado (*capítulo 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, mas fático e objetivo, o que, no entender do Conselho de Administração, mais caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados (*capítulos 2 a 8, pág. 5 e seguintes*).

1. PERSPETIVA

O presente Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras que o acompanham contêm abundante informação sobre a atividade da CASA DA IMPRENSA em 2015, exposta de forma objetiva, rigorosa e sempre que possível quantificada para que sejam os associados a avaliá-la. Mas o Conselho de Administração não pode deixar de destacar previamente neste capítulo de introdução algumas questões para dar a sua perspetiva sobre o trabalho realizado e os desafios para o futuro próximo da nossa Associação.

O primeiro destaque vai para a melhoria dos benefícios em todas as modalidades mutualistas, com a entrada em vigor das alterações aos Estatutos, Regulamento de Benefícios e Regulamento do Fundo de Ação Social, em 1 de outubro. Nomeadamente: a criação do subsídio de nascimento, no valor de 250 euros; a redução em 40 por cento do preço das consultas das especialidades médicas; o aumento do limite de cobertura das despesas de hospitalização e partos, respetivamente em 50 por cento e em 66 por cento; e o aumento em 25 por cento do valor do subsídio por morte. No âmbito dos apoios sociais suportados pelo Fundo de Ação Social, aumentaram as participações das quotas das modalidades de saúde para associados efetivos e respetivos familiares.

O segundo destaque vai para o investimento em novo equipamento clínico (cerca de 70 mil euros) destinado a melhorar a qualidade dos serviços prestados aos associados e a suportar o lançamento de novos serviços e especialidades médicas. A procura aumentou nos Serviços de Saúde, com um crescimento de 4 por cento no número de consultas de clínica geral e 12 por cento nas restantes especialidades.

O terceiro destaque vai para o facto de a melhoria dos benefícios e os investimentos realizados (em 2014 o investimento tinha ultrapassado os 800 mil euros, na reabilitação do prédio de rendimento e na requalificação do edifício da Sede) terem sido possíveis sem desequilibrar as contas da Associação.

Pelo contrário: a situação financeira está mais equilibrada e, pelo quarto ano consecutivo, em 2015 todas as

As demonstrações financeiras (Seção C, pág. 18 e seguintes) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação, em todos os aspetos significativos, com os valores dos exercícios anteriores.

No Anexo ao Relatório de Gestão (Seção D, pág. 26 e seguintes) são explicitados os conceitos da política contabilística.

O relatório será posteriormente complementado com o Parecer do Conselho Fiscal.

modalidades mutualistas da CASA DA IMPRENSA tiveram resultados líquidos positivos.

Mas não há só destaques positivos. Há-os também pela negativa. E alguns da exclusiva responsabilidade do Conselho de Administração.

A prioridade dada à melhoria dos benefícios e da qualidade dos serviços prestados fez adiar projetos que o Conselho de Administração se tinha comprometido a realizar. Os mais importantes são o lançamento de um regime de gestão de poupança e formação de pensões complementares de reforma, a renovação da página da CASA DA IMPRENSA na internet (que se pretende seja um guia para facilitar o acesso aos serviços prestados pela Associação), a dinamização das iniciativas culturais e o relançamento dos prémios de jornalismo.

Um último destaque pela negativa deve-se, pelo contrário, a fatores externos. A decisão do Banco de Portugal de retransmitir algumas linhas de obrigações não subordinadas (dívida sénior) do Novo Banco para o Banco Espírito Santo (agora em liquidação) causou uma perda de valor de 266 mil euros do Fundo de Ação Social e fez com que o FAS, em 2015, em vez de um resultado líquido positivo de 226 mil euros, tivesse um resultado negativo de 39 mil euros.

Não ficam em causa os apoios sociais suportados pelo FAS nem serão necessárias medidas extraordinárias de correção para além da prudência e do rigor que desde sempre caracterizaram a gestão do FAS, mas o facto não deixa de ser intolerável.

O Conselho de Administração considera que a decisão do Banco de Portugal contraria os sinais dados pelo próprio Banco de Portugal com a primeira medida de resolução do BES, em agosto de 2014, está mal fundamentada, discrimina discricionariamente alguns investidores e, ao contrário do que se tentou fazer crer, não protege os pequenos investidores particulares, especialmente os que, como a Casa da Imprensa, não perseguem fins lucrativos e a especulação. Por estas razões, o Conselho de Administração decidiu recorrer à Justiça.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2015 a CASA DA IMPRENSA tinha 1973 associados, mais 45 (+2,3%) que no final do ano anterior. Ao longo do ano foram admitidos 106 candidatos, faleceram 16 associados e 27 anularam a inscrição. Outros 18 associados foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas.

Em dezembro, mais 29 candidatos formalizaram o pedido de admissão. Atendendo a que, de acordo com os Estatutos, as admissões só se tornam efetivas no primeiro dia do mês seguinte, o número de associados ultrapassou os 2000 no virar do ano.

Do total de associados com inscrição ativa, 1093 (55,4% do total) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 880 (44,6%) associados participantes, dos quais

sete eram pensionistas do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC).

Dos 880 participantes, 719 (36,4% do total de associados ou 81,7% dos associados participantes) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 91,8% do total de associados.

Em comparação com o ano anterior, regista-se um crescimento do número de admissões (106 em 2015, contra 97 em 2014), a diminuição do número das desistências (de 34 para 27) e o aumento do número de óbitos (16 em 2015 e 13 em 2014).

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas e a distribuição da massa associativa por categoria de associado e relação de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

Categorias de associados	31/12/2014	Movimento entre as datas					31/12/2015
		Admissões	Falecimentos	Eliminações	Desistências	Readmissões / Mudança de categoria	
Associados Efectivos	1096	31	14	9	12	1	1093
Famil. Assoc. Efectivos:							
- Cônjuges	271	16	1	1	2	-5	278
- Cônjuges sobrevivivos	35	0	1	0	0	4	38
- Ascendentes	4	0	0	0	0	0	4
- Filhos	390	32	0	5	8	-10	399
Associados Participantes	110	18	0	2	4	11	133
Famil. Assoc. Particip.:							
- Cônjuges	4	5	0	0	0	1	10
- Filhos	11	4	0	1	1	-2	11
Associados Pens. FASC	7	0	0	0	0	0	7
Total Associados	1928	106	16	18	27	0	1973

Na distribuição por género, os homens continuam a estar em maioria entre os inscritos, com 1006 associados (51% do total), contra 967 mulheres (49%).

Por classes etárias, dois terços do total de inscritos (1300 associados, 65,9% do total) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de 19 anos estavam inscritos 281 associados (14,2% do total), contra 392 *seniores*, com mais de 65 anos (19,9%).

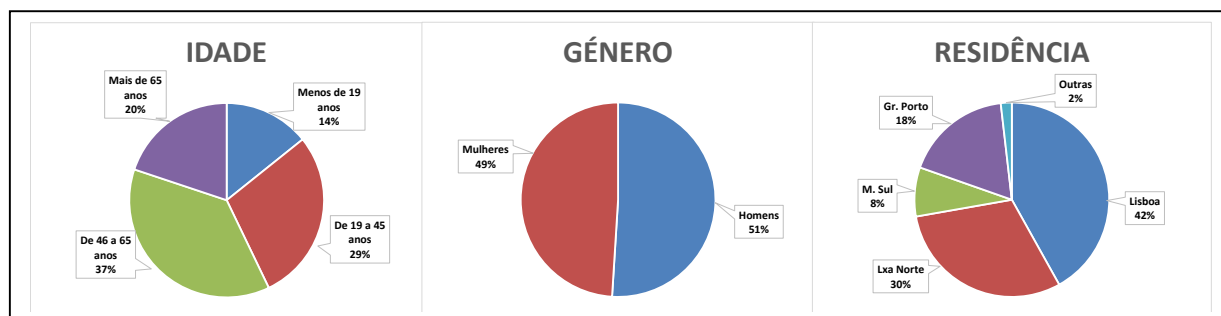
A média de idades, no conjunto dos associados, era em 31 de dezembro de 2015 de 47,2 anos (46,2 anos em 31

de dezembro de 2014). Nas 106 novas inscrições registadas durante o ano a média de idades era de 35,6 anos.

Oitenta por cento dos associados da CASA DA IMPRENSA residem na área metropolitana de Lisboa.

No concelho de Lisboa moram 827 associados (42,9% do total), nos concelhos de Cascais, Sintra e Loures, 598 (30,3%) e na Margem Sul, 161 (8,2%). Na região do Grande Porto residem 351 associados (17,8% do total).

Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência:



Subscritores das modalidades mutualistas

Em 31 de dezembro de 2015 todos os associados beneficiavam da Solidariedade Associativa (SA) e 1970 (mais 47 que no ano anterior) tinham ativa a subscrição da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1100 subscritores (mais 8,7% que os 1012 de dezembro de

2014).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 624 subscrições ativas em dezembro de 2015 (menos três que no final do ano anterior).

O quadro seguinte apresenta o número de subscrições ativas por modalidade a 31 de dezembro de 2015 e 2014:

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	31/12/2015	31/12/2014	Difª	
			(Nº)	(%)
Solidariedade Associativa	1973	1928	45	2,3%
Cuidados de Saúde Primários	1970	1923	47	2,4%
Internamento Hospitalar	1100	1012	88	8,7%
Capitais por Morte	624	627	-3	-0,5%

Associados falecidos

Durante o ano faleceram 16 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos e a data de falecimento:

ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2015

Nome	Nº	Categoria de Associado	Data do falecimento
Fernando Fernandes Pires	15	Efectivo	25/05/2015
António Gonçalves Colaço	36	Efectivo	11/10/2015
Fernando Ferreira Garcia	62	Efectivo	13/12/2015
Daniel Caldas Gomes Ricardo	63	Efectivo	13/02/2015
Manuel José Costa	73	Efectivo	06/02/2015
Oscar José Mascarenhas	124	Efectivo	06/05/2015
Fernando Humberto Igrejas Mendes	159	Efectivo	17/03/2015
Maria Elvira Fernandes Santos Bento	241	Efectivo	26/11/2015
Albano Pedro Gonçalves Lima	341	Efectivo	26/08/2015
Luís António Ochôa Dugos Baptista	438	Efectivo	13/01/2015
João António Silva	458	Efectivo	21/12/2015
Manuel José Neca Madeira	520	Efectivo	17/11/2015
Fernando José Pinto Seixas	732	Efectivo	19/07/2015
Maria Filipa Mendonça Corte Real Vacondeus	5358	Familiar - Cônjuge	06/01/2015
Maria Teresa Costa Alexandre Pais	5637	Efectivo	21/06/2015
Maria de Fátima Folhadela Figueiredo Pina	6067	Cônjuge Sobrevivo	04/03/2015

Sem que tal signifique menor pesar pelo desaparecimento dos restantes associados atrás referidos, o Conselho de Administração sublinha a perda de Fernando Pires, que com grande empenhamento pessoal presidiu à Associação durante três mandatos consecutivos, entre 1994 e

2004, e Luís António Ochôa Dugos Baptista, que em representação da classe presidiu à Caixa de Previdência e Abono de Família dos Jornalistas e nesta qualidade subcreveu a transferência para a Casa da Imprensa do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas.

3. SAÚDE

A atividade da CASA DA IMPRENSA em 2015, relativamente aos Serviços de Saúde, foi marcada pela entrada em vigor, a 1 de outubro, das alterações ao Regulamento de Benefícios aprovadas em Assembleia Geral a 31 de março e 7

de abril e aceites para registo na Direção Geral de Segurança Social a 18 de agosto.

Entre as alterações aprovadas destacam-se, na modalidade de Cuidados de Saúde Primários, a redução, a partir

de 1 de outubro, do preço das consultas das especialidades médicas, de 25 para 15 euros (mantendo-se as consultas de clínica geral em 9 euros) e a introdução, no final de novembro, de três novas especialidades no posto clínico da Sede (Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria e Medicina Interna).

Na modalidade de Internamento Hospitalar, o limite de cobertura aumentou de 10 mil para 15 mil euros por ano (e de 1500 para 2500 euros por parto), passando a ser cobertas também (em 50%) as despesas realizadas com prestadores *fora da rede* convencionada (a Rede Médica Nacional da Advancecare). Destaca-se também que os honorários dos médicos que integram o corpo clínico da CASA DA IMPRENSA passaram a ser comparticipados a 100%, em caso de hospitalização, independentemente de os

Posto clínico

Durante o ano realizaram-se nos Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA (Sede e Delegação) 2.995 consultas, mais 194 (+6,9%) que as realizadas em 2014.

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) continuou a ser a especialidade mais procurada, com um total de 1978 consultas, mais 78 (+4,1%) que as realizadas no ano anterior). Em Lisboa verificou-se um crescimento de 5,7 por cento no número de consultas, enquanto no Porto (Delegação) houve um decréscimo de 2,9 por cento.

Nas restantes especialidades, o crescimento da procura foi maior, realizando-se 1017 consultas, mais 116 (+12,9%) que em 2014.

As especialidades mais procuradas, depois da Medicina Geral e Familiar, continuam a ser a Psicologia e a Oftalmologia, com 236 e 186 consultas, respetivamente, seguindo-se a Dermatologia (152) e a Otorrinolaringologia

mesmos integrarem, ou não, a Rede Advancecare.

Durante o ano foram adquiridos equipamentos clínicos para apoio às consultas e pequenas cirurgias no posto clínico da Sede, num investimento de cerca de 68 mil euros destinado a melhorar a qualidade do atendimento.

Com efeitos a partir de outubro, a CASA DA IMPRENSA passou a acolher também pacientes não associados, ao abrigo de convénios e protocolos celebrados com a Advancecare, a Future Healthcare/Saúde Prime e a RedeMut – Associação Portuguesa de Mutualidades, que agrupa outras 18 associações mutualistas com cerca de 900 mil associados em todo o país.

Os associados da CASA DA IMPRENSA passaram também a ter acesso, em condições preferenciais, aos serviços de saúde das associações que integram a RedeMut.

(122).

O maior crescimento na procura de serviços foi na Urologia, que duplicou o número de consultas, e na Ortopedia (mais 87,5%).

Com a tendência inversa, depois de um crescimento acentuado nos anos anteriores, o número de consultas de Nutricionismo baixou para cerca de metade.

Durante o ano, 931 associados (47,2% por cento dos subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários) procuraram os Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA e tiveram pelo menos uma consulta médica no Posto Clínico (Sede ou Delegação). No ano anterior, os serviços tinham sido procurados por 865 associados, correspondentes a 44,9% dos subscritores da modalidade.

O quadro seguinte mostra o número de consultas realizadas no Posto Clínico (Lisboa e Porto).

CONSULTAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Especialidades	2015			2014			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nª)	(%)
Clínica Geral	1.644	334	1.978	1.556	344	1.900	78	4,1%
Outras especialidades	1.001	16	1.017	900	1	901	116	12,9%
Cirurgia geral	6		6				6	
Dermatologia	141	11	152	102	1	103	49	47,6%
Ginecologia	7	1	8			0	8	
Oftalmologia	186		186	159		159	27	17,0%
Ortopedia	29	1	30	16		16	14	87,5%
Otorrinolaringologia	121	1	122	103		103	19	18,4%
Nutricionismo	69	1	70	141		141	-71	-50,4%
Pediatria	3		3			0	3	
Psicologia	235	1	236	209		209	27	12,9%
Psiquiatria	100		100	118		118	-18	-15,3%
Urologia	104		104	52		52	52	100,0%
Total	2.645	350	2.995	2.456	345	2.801	194	6,9%

Cirurgia de ambulatório

Na Sede, em Lisboa, a sala de pequenas cirurgias foi reequipada, dispondo agora de aparelhagem que permite a realização de diferentes tipos de intervenções.

Em 2015 foram feitas 34 pequenas cirurgias, 27 das quais

na especialidade de Dermatologia. Na comparação com 2014, regista-se um aumento de 21 intervenções.

O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas em 2014 e 2015.

PEQUENAS CIRURGIAS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA CASA DA IMPRENSA

Especialidades	2015			2014			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nª)	(%)
Dermatologia	27		27	12		12	15	125,0%
Outras	7		7	1		1	6	600,0%
Total	34	0	34	13		13	21	161,5%

Convénios

Além das consultas e das pequenas cirurgias realizadas no Posto Clínico da Associação, durante o ano foram emitidas 868 credenciais para consultas e tratamentos com prestadores externos ao abrigo de *convénios*, ou seja, com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a CASA DA IMPRENSA. Em comparação com o ano anterior, foram menos 30 consultas (-3,3%).

A esta evolução, tal como já foi assinalado nos relatórios de anos anteriores, não é indiferente o facto de os associados terem passado a utilizar o *cartão de saúde*, podendo escolher médicos e estabelecimentos de proximidade.

As especialidades mais procuradas fora do Posto Clínico, e considerando apenas os médicos e estabelecimentos com *convénios* diretos com a CASA DA IMPRENSA, são a Estomatologia e a Ginecologia, com 41,6% e 15,3% do total. No total foram realizadas 3.841 consultas e tratamentos em regime ambulatorio nos postos clínicos da Associação ou com médicos e estabelecimentos convencionados diretamente com a CASA DA IMPRENSA, mais 56 (+1,5%) que no ano anterior.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas por especialidade para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto ao abrigo de *convénios*:

CONSULTAS E TRATAMENTOS EM MÉDICOS/ESTABELECIMENTOS CONVENCIONADOS DIRETAMENTE COM A CI

Credenciais	2015			2014			Difª	
	Lisboa	Porto	Total	Lisboa	Porto	Total	(Nª)	(%)
Alergologia	18	2	20	17	7	24	-4	-16,7%
Ginecologia	113	20	133	108	19	127	6	4,7%
Cardiologia	69	15	84	53	12	65	19	29,2%
Oftalmologia	2	45	47	2	50	52	-5	-9,6%
Urologia	25	15	40	39	11	50	-10	-20,0%
Pediatria	14	13	27	14	21	35	-8	-22,9%
Otorrinolaringologia	7	19	26	8	23	31	-5	-16,1%
Neurologia/Neurocirurgia	31	4	35	27	2	29	6	20,7%
Gastroenterologia	25		25	24		24	1	4,2%
Endocrinologia	0	10	10		21	21	-11	-52,4%
Cons./Trat. Estomatologia	190	171	361	188	201	389	-28	-7,2%
Cons./Trat. Fisiatria	11	6	17	8	5	13	4	30,8%
Outras (Consultas e tratamentos)	20	23	43	17	21	38	5	13,2%
Total	525	343	868	505	393	898	-30	-3,3%

Acordos e protocolos de cooperação

Em regime ambulatorio, além dos prestadores com *convénio*, os Associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a CASA DA IMPRENSA tem *acordos* ou *protocolos de cooperação*, nomeadamente os que integram a RedeMut.

No Posto Clínico ou ao abrigo de *convénios*, os Associados beneficiam de consultas com preços que são, em média, cerca de 75% ou 50% inferiores aos preços de tabela para doentes particulares. Estas consultas são subsidiadas pela CASA DA IMPRENSA, pelo que são obrigatoriamente reportados à Associação.

O mesmo não acontece com as consultas e exames realizados ao abrigo de *acordos* e *protocolos de cooperação* que, oferecendo preços reduzidos e/ou descontos, não são subsidiados nem conferem direito a participa-

ções ou reembolsos, pelo que habitualmente não são reportados à CASA DA IMPRENSA pelos respetivos prestadores. Questão semelhante se coloca relativamente aos serviços prestados em regime ambulatorio com a utilização do *cartão de saúde*, que dá acesso à Rede Advancecare.

O *cartão de saúde* dá acesso a mais de 18 mil prestadores de cuidados de saúde em todo o país, ao preço convencionado entre cada um deles (médicos ou estabelecimentos) e a Advancecare. Os preços têm um desconto que, em média, é de cerca de 45 por cento relativamente aos preços das tabelas para doentes particulares, no caso dos prestadores mais relevantes. Mas como os serviços não são subsidiados pela CASA DA IMPRENSA e não há lugar a participações ou reembolsos, não são reportados e não há registo estatístico rigoroso da sua utilização.

Consultas de especialidade no Porto

No âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, e atendendo a que na Delegação só estão disponíveis consultas de Clínica Geral, a CASA DA IMPRENSA acordou

com a Benéfica e Previdente – Associação Mutualista, o acesso dos nossos Associados à clínica daquela associação mutualista do Porto.

Deste modo os Associados da CASA DA IMPRENSA passaram a ter acesso a consultas de todas as especialidades médicas disponíveis na Sede nas mesmas condições de preço

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar registaram-se 25 casos de hospitalização para cirurgias diversas e um parto.

4. AÇÃO SOCIAL

O nível de atividade dos Serviços Sociais aumentou em 2015 relativamente ao ano anterior, tendo sido realizadas mais entrevistas e visitas domiciliárias e concedidos mais apoios financeiros.

Aumentou também o número de contactos com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social, tendentes à satisfação de necessidades sentidas pelos beneficiários do Fundo de Ação Social (FAS), associados ou não na CASA DA IMPRENSA.

A Assistente Social atendeu 32 beneficiários, através de 80 entrevistas presenciais, e realizou 53 visitas domiciliárias, das quais quatro em ambiente hospitalar e oito em lares de idosos.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 15 prestações complementares periódicas (mais quatro que em 2014) e quatro subsídios pontuais (+2) para, nos termos do Regulamento de Benefícios e do Regulamento do Fundo de Ação Social, responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

Foram atribuídos dois subsídios reembolsáveis (mais um que no ano anterior) e autorizado o pagamento pelo FAS

praticadas em Lisboa (15 euros por consulta, em vez de 30 ou 35 euros como acontece com as consultas realizadas ao abrigo de *convénios*).

Em 2014 tinha havido 27 internamentos e um parto.

O custo médio dos internamentos aumentou para 4.721,11 euros (3.384,31 euros em 2014).

de consultas e medicamentos em dez situações (nove em 2014). O FAS participou também despesas relativas a apoio domiciliário, aquisição de próteses e aluguer de equipamentos diversos.

Os Serviços Sociais tiveram o apoio do corpo clínico da CASA DA IMPRENSA e solicitaram a colaboração de entidades externas, de carácter público, privado e social, em 53 contactos realizados, nomeadamente a Cruz Vermelha Portuguesa, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, serviços de Saúde Pública, quatro centros de Saúde, sete hospitais e três juntas de freguesia, além de serviços locais da Segurança Social, centros paroquiais, centros de dia, lares de idosos e empresas prestadoras de serviços de apoio domiciliário.

Todos os apoios concedidos foram propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e atenderam à condição de recursos dos requerentes, tendo os respetivos processos carácter reservado.

O montante global disponibilizado na ação social suportada pelo FAS foi de 46.102,35 euros, mais 25,8 por cento que o valor realizado em 2014 (36.638,00).

O quadro seguinte sintetiza os apoios suportados pelo FAS na concessão de subsídios eventuais e prestações complementares periódicas.

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

Ação do FAS	2015		2014	
	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)	Nº de beneficiários	Valor atribuído (€)
Subsídios mensais atribuídos	15	33.650,00	11	26.300,00
Subsídios pontuais atribuídos	4	4.052,55	2	1.172,00
Subsídios em isenções em cuidados de saúde	10	8.399,80	9	9.166,26
Total a fundo perdido	29	46.102,35	22	36.638,26
Subsídios reembolsáveis	2	2.491,00	1	1.800,00

Comparticipação de quotas e despesas de saúde

Conforme previsto no respetivo Regulamento, o FAS participou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde de familiares de associados efetivos (jornalistas).

Até à entrada em vigor das alterações àqueles regulamentos, a participação era limitada às quotas de dois familiares na modalidade de Cuidados de Saúde Primários e um na de Internamento Hospitalar (sem prejuízo das situações existentes à data de entrada em vigor do regulamento anterior, de 2012), sendo de 50 ou 100 por cento conforme se trate de cônjuges e ascendentes ou de

descendentes. A partir de 1 de outubro de 2015, passaram a ser participadas as quotas de dois familiares em ambas as modalidades.

O valor das participações em 2015 ascendeu a 60.228,50 euros, mais 3.849,55 euros (+6,8%) que no ano anterior.

Com o apoio do FAS foram também participados exames complementares de diagnóstico não participados pelo Serviço Nacional de Saúde mas que os médicos da CASA DA IMPRENSA consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes.

Foram igualmente comparticipadas despesas relativas ao tratamento de doenças de alto risco e alto custo.

Subsídio de nascimento, bolsas de estudo e subsídio por morte

Com a entrada em vigor das alterações ao Regulamento de Benefícios, a modalidade de Solidariedade Associativa (SA) passou a pagar um *subsídio de nascimento*, no valor de 250 euros. O subsídio é pago a todos os associados com pelo menos dois anos de inscrição na Casa da Imprensa, pelo nascimento de um(a) filho(a).

Desde 1 de outubro foram pagos sete subsídios de nascimento, no valor global de 1.750,00 euros.

Também no âmbito da modalidade de Solidariedade Associativa foram atribuídas seis bolsas de estudo (mais uma que em 2014), com o valor individual de 750 euros (4.500 euros no total).

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou subsídios por morte e pensões de reforma e sobrevivência no valor de 36.995,28 euros, menos 4.183,08 (-11,3%) que em 2014 (41.178,36 euros).

O valor atual do subsídio por morte pago no âmbito do FASC é de 2.493,99 euros. O complemento da pensão de reforma e a pensão de sobrevivência estão fixados em 148,00 e 88,80 euros mensais, respetivamente.

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios, beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instru-

Apoios sociais em equipamentos e serviços

Após doze meses de funcionamento em regime experimental, a *Noticiaria*, o *cowork* da CASA DA IMPRENSA destinado a jornalistas e outros profissionais da comunicação, acolhia no final do ano 12 utilizadores regulares e registava pré-inscrições que garantiam a sua utilização plena no início de 2016.

Criado como forma de apoio social e destinado preferencialmente a desempregados, precários e profissionais independentes, o espaço é apoiado pelo Fundo de Ação Social, que suporta parte dos custos de funcionamento e comparticipa as quotas dos jornalistas desempregados.

5. ATIVIDADE CULTURAL

O Conselho de Administração reduziu a atividade cultural da CASA DA IMPRENSA em 2015 à organização de iniciativas em parceria com outras entidades da área dos *media*.

No salão nobre da Sede, em Lisboa, estiveram patentes três exposições de fotografia organizadas em conjunto com a associação cultural Estação Imagem, uma das quais, em abril e maio, com os trabalhos vencedores do Prémio EI/2014.

Em janeiro e outubro foram expostas as reportagens “Caça Grossa”, de António Pedrosa, e “Presente”, de Hermano Noronha, vencedoras das Bolsas de 2013 e 2014.

Também em janeiro, a CASA DA IMPRENSA e a Estação Imagem organizaram um debate sobre “Liberdade de Imprensa e Fotojornalismo”, com a participação do jorna-

O valor destas comparticipações foi de 8.332,89 euros (2.035,78 euros em 2014).

As bolsas são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos menores de 19 anos a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos oito subsídios por morte aos herdeiros legais ou outras às pessoas designadas pelos subscritores da modalidade.

O subsídio por morte suportado pela modalidade tinha o valor de 800 euros até 30 de setembro. A partir de 1 de outubro, com a revisão do Regulamento de Benefícios, o valor do subsídio aumentou para 1.000 euros.

mento de integração do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na CASA DA IMPRENSA, em 1992. Em dezembro, em resultado do correspondente estudo atuarial, o Conselho de Administração aprovou uma dotação extraordinária do Fundo de Ação Social em favor do FASC no valor de 10.000,00 euros, para reforço das provisões matemáticas. Em 2014 tinha sido feito um reforço de 37.563,46 euros.

Durante o ano faleceram dois pensionistas do FASC (um de reforma e um de sobrevivência).

Em 31 de dezembro o grupo fechado era constituído por seis jornalistas/pensionistas e 19 cônjuges sobreviventes.

No âmbito da *Noticiaria*, e com a participação ou por iniciativa dos seus utilizadores, a CASA DA IMPRENSA apoiou a realização de diversas iniciativas, entre conferências, debates e *workshops*.

A partir de outubro, a *Noticiaria* passou a ter um sítio próprio na internet, no endereço <http://www.noticiaria.com>.

Igualmente com o apoio do FAS, a CASA DA IMPRENSA manteve durante o ano uma reserva de espaço para acolher novos projetos na área dos *media* visando a criação de emprego, utilizada pelo jornal digital *O Corvo*.

lista Ferreira Fernandes, o cartunista Luís Afonso e a fotoperjornalista Patrícia de Melo Moreira.

Em março o salão nobre da Sede foi palco duma instalação de Pedro Prazeres no âmbito da “edição zero” do “Cumplicidades” – Festival Internacional de Dança Contemporânea de Lisboa, que decorreu também, entre outros locais em Lisboa, na Culturgest, Teatro Nacional de S. Carlos, Teatro da Cornucópia e Espaço Alcântara, e que a CASA DA IMPRENSA apoiou.

Em associação com o Museu Nacional da Imprensa, a 31 de agosto, data em que a autora completou 104 anos, foi lançado o livro de contos “O Pão que o Diabo Amassou”, da jornalista e ex-dirigente da CASA DA IMPRENSA Manuela de Azevedo.

O livro, patrocinado pela CASA DA IMPRENSA, foi apresentado pelo diretor do MNI, o jornalista Luis Humberto Marcos.

Em Dezembro, no âmbito duma parceria com a MAPA –

Associação Cultural, a CASA DA IMPRENSA acolheu a exposição de pintura “Caminhos”, de Eduardo Magalhães.

No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a CASA DA IMPRENSA apoiou a distribuição da revista “Jornalismo e Jornalistas”.

6. SERVIÇOS

A prioridade dos Serviços Administrativos em 2015 foi para o atendimento aos associados e para a informação focada no acesso aos benefícios das modalidades mutualistas, na sequência da entrada em vigor das alterações

estatutárias e regulamentares.

Durante o ano foram renegociados diversos contratos, nomeadamente nos domínios dos seguros e manutenção de equipamentos.

7. FINANÇAS

Resultados do exercício

As contas do exercício de 2015 evidenciam um resultado líquido positivo numa base comparável de 37.988,05 euros, mais 18.644,32 euros (+96,4%) que no ano anterior (sem reavaliação do imobiliário) e mais 17.762,59 euros (+87,8%) do que o previsto no Orçamento aprovado em

Assembleia Geral, em 30 de novembro de 2014.

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício (sem os efeitos da reavaliação do imobilizado em 2014), para melhor identificação da atividade corrente da atividade mutualista da CASA DA IMPRENSA.

RESULTADOS LÍQUIDOS (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

	2015	2014	Difª	
			(€)	(%)
Resultado líquido numa base comparável (1)	37 988,05 €	19 342,73 €	18 645,32 €	96,4%

(1) Sem considerar a reavaliação do imobiliário realizada em 2014. Com a reavaliação, o resultado líquido em 2014 foi de 4.352.452,32 euros

Proveitos e custos das modalidades mutualistas

Os rendimentos e ganhos totalizaram 652.189,39 euros, que comparam com 625.672,21 euros apurados em 2014, um acréscimo de 26.517,18 euros (+4,2%).

Daquele montante, 332.823,57 euros (51,0% do total de rendimentos e ganhos) resultam do esforço direto dos associados, correspondendo ao valor pago em joias e quotas (261.854,90 euros) e em credenciais e senhas de consultas (70.968,90 euros).

Os proveitos comuns às diversas modalidades mutualistas totalizaram 319.365,82 euros (49,0% do total de rendimentos e ganhos), com destaque para a prestação de serviços (126.776,47 euros).

Destacam-se também os “outros rendimentos e ganhos” (onde se incluem os rendimentos prediais), com 149.681,50 euros, mais 44.785,28 (+42,7%) euros que em 2014.

Os rendimentos financeiros, pelo contrário, tiveram uma quebra de 28.490,24 euros (-55,3%).

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas ascenderam a 249.185,20 euros (40,6% do total de gastos e perdas), um aumento de 23.030,99 euros (+10,2%) relativamente ao exercício anterior (226.154,21 euros).

Daquele total, 13.250,00 euros respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo e subsídios por morte, pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM), 182.881,63 euros (73,4% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP) e 50.890,16 euros (20,4%) são imputáveis à modalidade de Internamento Hospitalar (IH).

Os custos comuns correspondem a 59,4 por cento do total de gastos e perdas, passando de 380.175,27 euros em 2014 para 365.016,14 euros em 2015, uma redução de 15.159,13 euros (-4,0%).

Os custos comuns mais significativos continuam a ser os de pessoal, correspondentes a 195.863,78 euros, mais 14.189,90 (+7,8%) que no ano anterior, e os fornecimentos e serviços externos, que tiveram um decréscimo de 17.532,84 euros (-12,0%) ao passarem de 146.078,57 euros em 2014 para 128.545,73 euros.

Na comparação das contas do exercício de 2015 com as do ano anterior verifica-se um crescimento dos custos diretos dos benefícios mutualistas (+10,2%) e um decréscimo dos custos comuns (-4,0%).

No primeiro caso, trata-se de uma consequência da aplicação, no último trimestre, das alterações ao Regulamento de Benefícios, nomeadamente a criação do subsídio de nascimento, o aumento do valor do subsídio por morte, a redução do preço das consultas e o aumento da cobertura das despesas de internamento hospitalar e partos.

No segundo caso, reflete a diminuição dos custos gerais de funcionamento.

Verifica-se também que se mantém a tendência para o aumento (+2,9%) do produto de quotizações e joias e da emissão de credenciais para consultas externas (+9,2%), em resultado da maior procura dos serviços de saúde.

O quadro seguinte sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da CASA DA IMPRENSA e permitindo a comparação com exercícios anteriores.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES

	2015	2014	Difª	
			(€)	(%)
Proveitos diretos das modalidades mutualistas	332 823,57 €	319 396,47 €	13 427,10 €	4,2%
Quotizações e jóias	261 854,90 €	254 421,85 €	7 433,05 €	2,9%
Credenciais e Senhas de consulta (CSP)	70 968,67 €	64 974,62 €	5 994,05 €	9,2%
Provisões específicas do sector (CPM)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Proveitos comuns	319 365,82 €	306 275,74 €	13 090,08 €	4,3%
Vendas	354,91 €	0,00 €	354,91 €	
Prestações de serviços	126 776,47 €	138 462,76 €	-11 686,29 €	-8,4%
Subsídios, doações e legados	19 480,44 €	11 354,02 €	8 126,42 €	71,6%
Reversões	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros rendimentos e ganhos	149 681,50 €	104 896,22 €	44 785,28 €	42,7%
Juros e outros rendimentos similares	23 072,50 €	51 562,74 €	-28 490,24 €	-55,3%
Total de rendimentos e ganhos	652 189,39 €	625 672,21 €	26 517,18 €	4,2%
Custos diretos das modalidades mutualistas	249 185,20 €	226 154,21 €	23 030,99 €	10,2%
Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA)	13 250,00 €	7 750,00 €	5 500,00 €	71,0%
Prestações a associados das mutualidades (IH)	50 809,16 €	42 873,24 €	7 935,92 €	18,5%
Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP)	165 778,56 €	158 838,10 €	6 940,46 €	4,4%
Outros custos inerentes a associados (CSP)	17 103,07 €	12 230,42 €	4 872,65 €	39,8%
Provisões específicas do sector (CPM)	2 244,41 €	4 462,45 €	-2 218,04 €	-49,7%
Custos comuns	365 016,14 €	380 175,27 €	-15 159,13 €	-4,0%
Custo das vendas	190,00 €	0,00 €	190,00 €	
Fornecimentos e serviços externos	128 545,73 €	146 078,57 €	-17 532,84 €	-12,0%
Custos com o pessoal	195 863,78 €	181 673,88 €	14 189,90 €	7,8%
Gastos de depreciação e amortização	36 051,12 €	43 516,69 €	-7 465,57 €	-17,2%
Perdas por imparidade	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros gastos e perdas	4 365,51 €	8 906,13 €	-4 540,62 €	-51,0%
Total de gastos e perdas	614 201,34 €	606 329,48 €	7 871,86 €	1,3%
Resultado Líquido	37 988,05 €	19 342,73 €	18 645,32 €	96,4%

Resultados das modalidades mutualistas

Pelo quarto ano consecutivo, todas as modalidades mutualistas apresentam resultados líquidos positivos no exercício de 2015.

O quadro seguinte compara os resultados líquidos das modalidades mutualistas em 2015 e 2014 e respetivas variações.

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

Modalidades	2015	2014	Difª	
	(€)	(€)	(€)	(%)
Solidariedade Associativa	1 923,56	6 002,06	-4 078,50	-68,0%
Cuidados de Saúde Primários	31 857,94	4 007,00	27 850,94	695,1%
Internamento Hospitalar	2 531,89	2 726,77	-194,88	-7,1%
Capitais por Morte	1 674,66	6 606,90	-4 932,24	-74,7%
Total	37 988,05	19 342,73	18 645,32	96,4%

A Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de subsídios de nascimento, bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez causadas por acidente e que suporta todas as iniciativas culturais, teve um resultado líquido positivo de 1.923,56 euros, que compara com os 6.002,02 euros apurados em 2014 (-68,0%). Os proveitos totais da modalidade ascenderam a 31.637,57 euros, dos quais 25.524,00 euros (80,7%) resultam da cobrança das joias de admissão (€20,00 por cada inscrição) e da quota associativa (€1,00/mês/associado).

O total de gastos e perdas da modalidade ascendeu a 29.714,01 euros (26.159,16 euros em 2014).

A 31 de dezembro o respetivo fundo apresentava um saldo de 59.899,01 euros (54.497,15 euros em 2014).

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP), que suporta todos os benefícios da saúde em regime ambulatório (isto é, sem internamento hospitalar e partos), teve um resultado líquido de 31.857,94 euros, que compara com o resultado de 4.007,00 euros apurado no ano anterior (+695,1%).

Os proveitos totais ascenderam a 475.679,73 euros, contra 446.019,30 euros em 2014, um aumento de 6,7%. Para o rendimento global da modalidade os associados contribuíram diretamente com 210.164,67 euros (44,2%), sendo a segunda maior contribuição a dos rendimentos prediais (148.148,73 euros, ou 31,1% dos proveitos totais).

Os gastos e perdas da modalidade ascenderam a 443.821,80 euros (442.012,30 euros em 2014), dos quais 182.881,63 euros (41,2%) correspondem a custos diretos dos benefícios e 260.940,17 euros (58,8%) à imputação de custos gerais aos Cuidados de Saúde Primários.

O valor patrimonial do Fundo Próprio respetivo, destinado a suportar benefícios futuros, era de 721.404,95 euros em 31 de dezembro (769.157,79 euros no final de 2014).

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registou

Despesas de representação

A contabilidade regista em 2015 um custo global relativo a despesas de representação de 1.835,80 euros (3.106,20 euros em 2014). Este valor respeita exclusivamente a despesas com deslocações e estacionamento feitas pelos titulares dos órgãos sociais e colaboradores permanentes da Associação (Serviço de Saúde e Serviço Social).

As despesas imputáveis ao Conselho de Administração totalizaram 772,20 euros (1.807,10 euros em 2014).

Consignação fiscal, doações e donativos

A CASA DA IMPRENSA recebeu 18.523,04 euros de consignação fiscal em 2015 (relativos a rendimentos de 2013 e ao IRS liquidado em 2014), menos 419,51 euros (-2,2%) que em 2013, o último ano em que esteve habilitada para este benefício fiscal. Em 2014, devido a um erro da Segurança Social, não beneficiou da consignação fiscal.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário de centenas de cidadãos contribuintes, associados e não associados da CASA DA IMPRENSA, que escolheram a

Fundos mutualistas

Na imputação dos custos e proveitos comuns às modalidades foram adotados critérios que garantem a autonomia de cada uma, no respeito pelas disposições legais e impedindo a subsidiação de umas pelas outras.

O valor contabilístico do conjunto dos fundos mutualistas era, em 31 de dezembro de 2015, de 1.150.180,96 euros,

um resultado líquido de 2.531,89 euros, menos 7,1 por cento que os 2.726,77 euros registados em 2014).

O total de proveitos foi de 117.004,70 euros e os custos globais, 114.277,92 euros, valores quase inalterados relativamente a 2014.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 72.513,49 euros, uma valorização de 3,5 por cento relativamente aos 70.059,39 euros registados um ano antes.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 1.674,66 euros, menos 74,5 por cento que em 2014 (6.606,90 euros).

O Fundo Permanente da modalidade apresentava a 31 de dezembro um património líquido de 345.144,68 euros, com provisões matemáticas de 267.740,70 euros e 78.403,98 euros de excedentes, para um grau de cobertura de 129,28 por cento.

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

Conselho de Administração	772,20 €
Mesa da Assembleia Geral	49,80 €
Serviços de Saúde	788,35 €
Serviços Sociais	225,45 €
Total	1 835,80 €

mútua dos jornalistas como destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

Por decisão do Conselho de Administração, a verba foi distribuída pelas modalidades de Saúde, na proporção das contribuições diretas dos respetivos subscritores: 13.475,15 euros para a modalidade de Cuidados de Saúde Primários (72,7%) e 5.047,89 euros (27,3%) para a modalidade de Internamento Hospitalar.

menos 31.706,26 euros (-2,7%) que em 2014 (1.181.887,22 euros).

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2015 (antes da aplicação de resultados do exercício, que se segue a este relatório) e 31 de dezembro de 2014:

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

	2015	2014	Dif ^a	
	(€)	(€)	(€)	(%)
Fundo de Solidariedade Associativa	59 899,01	54 497,15	5 401,86	9,9%
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	721 404,95	769 157,79	-47 752,84	-6,2%
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	72 513,49	70 059,39	2 454,10	3,5%
Fundo Permanente Capitais por Morte	296 363,51	288 172,89	8 190,62	2,8%
Total	1 150 180,96	1 181 887,22	-31 706,26	-2,7%

As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e do Fundo Próprio da modalidade de Internamento Hospitalar refletem a aplicação dos resultados re-

lativos ao exercício de 2014 (90% dos saldos anuais respetivos).

A variação do valor do Fundo Próprio da modalidade de

Cuidados de Saúde Primários reflete a aplicação de resultados decidida em Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração (3.606,30 euros, correspondentes a 90 por cento do saldo anual de 2014) e à utilização de uma verba de 51.359,18 euros para investimento em equipamentos para novos serviços no Posto Clínico da Sede.

O investimento em equipamento para serviços pré-existent, no valor de 17.145,91 euros, foi levado à conta de exploração, correspondendo-lhe uma amortização anual de cerca de 2.500,00 euros. De acordo com as normas contabilísticas, a amortização de equipamento clínico é feita em sete anos.

O critério adotado fundamenta-se em que, nos termos legais e estatutários, o Fundo Próprio se destina exclusivamente a pagar “benefícios futuros”.

Além disto, a sua utilização limita os custos de amortização nos anos seguintes, dando maior liberdade para opções a tomar no atual e nos próximos dois mandatos.

Acresce que, no caso em concreto, e de acordo com a

Fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2015 os fundos autónomos sob gestão da Casa da Imprensa tinham um valor patrimonial global de 14.644.184,10 euros, menos 61.626,95 (-0,4%) que no ano anterior.

proposta de aplicação de resultados apresentada no final deste relatório, em 1 de janeiro de 2016 o Fundo Próprio é reforçado em 28.672,15 euros, o que corresponde a 55,8 por cento da verba utilizada em 2015.

No Fundo Permanente da modalidade de Capital Pagável por Morte, a diferença reflete não apenas a aplicação de resultados de 2014 (mais 5.946,21 euros, correspondentes a 90 por cento do saldo anual), como também a constituição de uma provisão de 2.244,41 euros, de acordo com o estudo atuarial realizado.

As reservas matemáticas são de 267.740,70 euros, para um excedente de 78.403,98 euros, ou seja, o Fundo tem um grau de cobertura de 129,28%.

Com a entrada em vigor das alterações ao Regulamento de Benefícios, em 1 de outubro, a modalidade passou a pagar um subsídio por morte de 1.000 euros (800,00 euros até 30 de setembro).

O aumento das reservas matemáticas foi feito por incorporação de excedentes, mantendo-se a quota da modalidade em €1.35/mês.

O quadro seguinte apresenta os valores individualizados do Fundo de Ação Social (FAS), do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) e do Fundo Norberto Lopes e a sua evolução relativamente a 2014.

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

	2015	2014	Dif ^a	
	(€)	(€)	(€)	(%)
Fundo de Ação Social	14 370 781,86	14 410 610,18	-39 828,32	-0,3%
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	236 997,77	259 162,83	-22 165,06	-8,6%
Fundo Norberto Lopes	36 404,47	36 038,04	366,43	1,0%
Total	14 644 184,10	14 705 811,05	-61 626,95	-0,4%

O Fundo de Ação Social e a resolução do BES

O Fundo de Ação Social (FAS), que suporta a ação social em favor dos jornalistas e seus familiares, foi afetado pela decisão do Banco de Portugal (BdP), na qualidade de autoridade de resolução, de retransmitir do Novo Banco (NB) para o Banco Espírito Santo (BES) cinco linhas de obrigações não subordinadas (dívida *sénior*), entre as quais uma em que a CASA DA IMPRENSA tinha investido 300 mil euros (valor nominal) em janeiro e fevereiro de 2013. No fecho das contas relativas do exercício, e dada a forte probabilidade de o BES, que entretanto entrou em liquidação, incumprir as responsabilidades contraídas com todos os seus credores, o Conselho de Administração decidiu, com o parecer favorável do Conselho Fiscal, constituir uma provisão no valor correspondente à diferença entre o valor contabilístico dos títulos e o valor por que eram transacionados a 31 de dezembro.

O valor da provisão assim calculado é de €266.097,00, o que determina que o FAS apresente no exercício de 2015 um resultado líquido negativo de 39.828,32 euros, em vez de um resultado líquido positivo de 226.268,68 euros.

Em termos contabilísticos, o FAS é uma reserva (Fundos Patrimoniais), pelo que o impacto da decisão do BdP nas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2015

afeta o Balanço, com uma diminuição do ativo líquido, mas não os resultados de exploração da CASA DA IMPRENSA, que fechou o ano com um resultado líquido positivo de 37.988,05 euros.

No entender do Conselho de Administração, a deliberação do BdP é surpreendente e contraria a primeira medida de resolução do BES de agosto de 2014, quando os ativos e passivos do BES foram distribuídos entre o Novo Banco (dito o *banco bom*) e o banco de resolução (chamado de *banco mau*). A segunda resolução, ao contrariar os sinais antes dados ao mercado, traiu a confiança dos investidores.

O BdP alega que as emissões em causa “foram colocadas especificamente junto de investidores qualificados”, passando a mensagem de que somente *grandes investidores institucionais* seriam lesados com a mais que provável insolvência do BES. Tal alegação, porém, não é sustentada pelas condições da oferta e é desmentida pela realidade, na medida em que dezenas de investidores particulares são lesados.

A decisão do BdP também é contestável no plano jurídico na medida em que discrimina algumas linhas de obrigações no conjunto da dívida não subordinada. E porque,

mesmo dentro das cinco linhas escolhidas como alvo, não afeta as obrigações abrangidas pelos acordos celebrados entre o Novo Banco e os seus clientes.

Nesta medida, o Conselho de Administração instruiu os advogados a requererem a sua impugnação em tribunal administrativo. O Conselho Fiscal deu parecer favorável a esta decisão, que foi também consensual em reunião do Conselho Geral convocada por proposta do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2015, já refletindo a decisão do

Carteira de ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 o valor nominal das aplicações financeiras do conjunto dos fundos sob gestão da CASA DA IMPRENSA era de 15.352.959,17 euros. O seu valor de mercado, à mesma data, e já tendo em conta a desvalorização dos ativos retransmitidos para o BES, em consequência da medida de resolução decidida pelo Banco de Portugal em 29 de dezembro (ver capítulo anterior), era de 15.990.492,12 euros, 4,2 por cento acima do seu valor nominal.

Daquele total, 264.394,89 euros (1,7%) correspondiam a

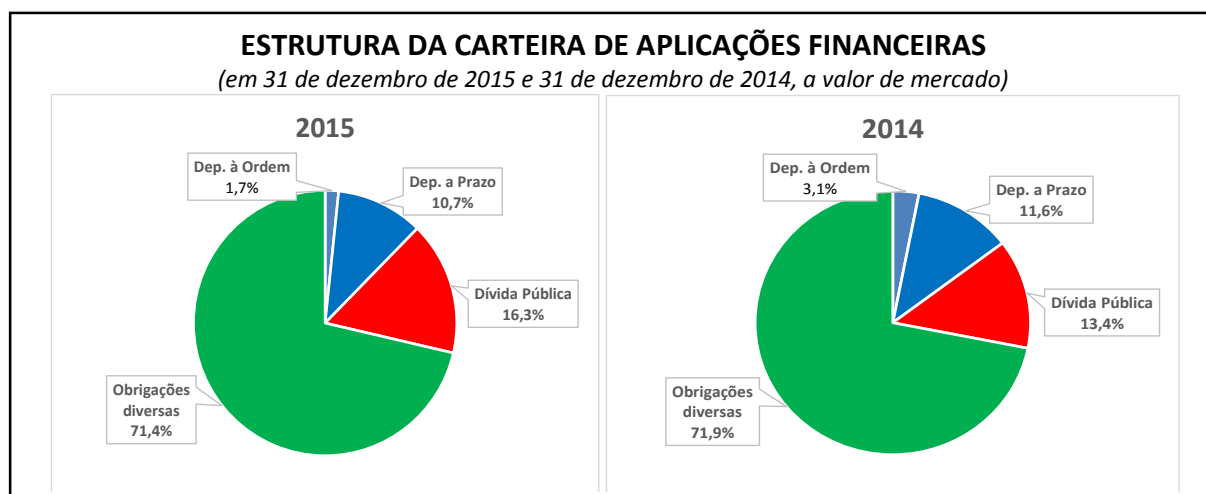
BdP, o valor contabilístico do FAS era de 14.151.104,80 euros e o seu valor de mercado era de 14.835.424,69 euros. A perda de valor resultante daquela decisão equivale assim a 1,8 por cento do valor do Fundo.

Nos seis anos anteriores (2009-2014), apesar do crescimento da despesa social e dos encargos financeiros, da instabilidade dos mercados financeiros e da queda das taxas de juros e das obrigações, o Fundo valorizou-se em 1.712.893,80 euros, à média de 285.893,80 euros por ano.

depósitos à ordem e 1.711250,00 euros (12,73%) a depósitos a prazo. O valor das Obrigações do Tesouro era de 2.325.000,00 euros, correspondente a 13,4% do total, e o das obrigações diversas, de entidades portuguesas e estrangeiras, 11.052.314,28 euros (71,47%).

Faziam parte da carteira títulos de dívida de 38 entidades emittentes de 12 mercados, correspondentes a 52 emissões, todas com taxa fixa.

O gráfico seguinte mostra a estrutura da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2015 e 2014:



Movimentos entre fundos

O Conselho de Administração aprovou em dezembro uma dotação extraordinária de 10.000,00 euros do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC, o Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (37.563,46 euros em 2014).

A dotação destinou-se a reforçar as provisões matemáticas e garantir a cobertura das responsabilidades futuras

Dívida da Segurança Social à Casa da Imprensa

Corre os seus trâmites no Tribunal Administrativo de Lisboa o processo relativo à dívida da Segurança Social à CASA DA IMPRENSA. Durante o ano de 2015 o processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante.

Conforme exposto no relatório de gestão anterior, em 30 de novembro de 2013 a CASA DA IMPRENSA foi notificada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou naquele tribunal uma ação administrativa contra a Associação e o presidente do Conselho de Administração visando a restituição de parte das verbas

com o pagamento de pensões complementares de reforma e pensões de sobrevivência do antigo Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, integrado na Casa da Imprensa em 1992.

Depois das liquidações feitas no exercício de 2012, não há dívidas entre fundos.

recebidas para a regularização da dívida, ainda não totalmente liquidada, relativa ao adicional de 1% sobre a publicidade paga nos jornais diários não cobrado por aquele instituto entre 1995 e 1997.

A dívida, originada pelo boicote dos jornais diários ao adicional, que legalmente competia ao IGFSS cobrar e que este sempre reconheceu e repetidamente se comprometeu a saldar – tal como a respetiva tutela política, a Secretaria de Estado da Segurança Social –, tinha um valor inicial de 2.075.398,69 euros. Deste montante, o IGFSS pagou à CASA DA IMPRENSA, entre 2000 e 2008, 1.364.205,72

euros, estando ainda por liquidar 711.192,97 euros. Na petição que entregou no tribunal, o IGFSS pede a restituição de 997.595,79 euros, relativos a um adiantamento feito em 2000 quando o montante da dívida ainda não estava calculado e reconhecido por todas as partes (Associação da Imprensa Diária, IGFSS e CASA DA IMPRENSA). Depois daquele adiantamento, entre 2005 e 2008 o IGFSS pagou à CASA DA IMPRENSA mais 366.609,93 euros, que cobrou aos jornais diários ao abrigo de contratos pelos quais se assumiu como credor e aqueles como devedores. Desde 2008, cobrou mais 317.739 euros, que não transferiu para a CASA DA IMPRENSA nem sobre o assunto deu qualquer informação. A CASA DA IMPRENSA não foi parte nem foi informada da existência dos contratos. Na sua petição o IGFSS alega que o adiantamento foi ilegal, tal como o despacho do secretário de Estado que o

autorizou (a pedido do próprio IGFSS). Alega igualmente que foram irregulares os seus próprios procedimentos internos.

A ação judicial acolhe as conclusões do relatório dum auditoria feita ao IGFSS pelo Tribunal de Contas (TC) em 2009, que considera ilegais o adiantamento pago à CASA DA IMPRENSA e o despacho governamental que o autorizou. O relatório aponta também diversas irregularidades nos procedimentos internos do IGFSS. Mas não questiona a dívida à CASA DA IMPRENSA nem o seu direito a ser ressarcida, como ao longo dos anos o Governo e o IGFSS sempre se comprometeram a fazer.

A 13 de janeiro de 2014 a CASA DA IMPRENSA contestou a ação e pediu ao Tribunal que a julgue improcedente. Pede também que o instituto seja condenado a pagar-lhe o montante que ainda lhe deve.

8. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

Nº de Associados	1973
Nº médio de Trabalhadores	9
Total do Ativo	22 208 825,90 €
Fundos	882 440,26 €
Reservas	18 852 214,01 €
Excedentes de revalorização de ativos	1 217 149,62 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	74 039,17 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	37 988,05 €
Resultado líquido	37 988,05 €

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho Fiscal, pelo acompanhamento ao trabalho realizado;
- o Conselho Geral, pelo seu contributo para a discussão das orientações estratégicas da CASA DA IMPRENSA;
- os associados em geral, pela sua participação na vida

associativa;

- os membros do corpo clínico dos Serviços de Saúde e dos Serviços Sociais, em Lisboa e no Porto, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;
- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade constante e a sua dedicação à CASA DA IMPRENSA;
- todos quantos, associados ou não, designaram a Casa da Imprensa como destinatária da consignação do IRS.

10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de

37.988,05 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Fundo de Solidariedade Associativa	1 731,20 €
Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários	28 672,15 €
Fundo Próprio de Internamento Hospitalar	2 278,70 €
Fundo Permanente Capitais por Morte	1 507,19 €
Fundo de Reserva Geral	3 798,81 €

11. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 10.
2. Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados: Albano Pedro Gonçalves Lima,

António Gonçalves Colaço, Daniel Caldas Gomes Ricardo, Fernando Fernandes Pires, Fernando Ferreira Garcia, Fernando Humberto Igrejas Mendes, Fernando José Pinto Seixas, João António Silva, Luís António Ochôa Dugos Baptista, Manuel José Costa,

Manuel José Neca Madeira, Maria de Fátima Fohdela Figueiredo Pina, Maria Elvira Fernandes Santos Bento, Maria Filipa Mendonça Corte Real Vacondeus, Maria Teresa Costa Alexandre Pais e Óscar José Mascarenhas.

Lisboa, 18 de março de 2016

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (Presidente)

Paulo F. Silva (Vice-Presidente)

Carlos Lobato (Vogal)

Rui Peres Jorge (Vogal)

Sérgio Anibal (Vogal)

C.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2015	31-12-2014
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 e 5	1.751.495,92	1.762.669,05
Bens do património histórico e cultural	3.2.1 e 5	62.324,80	62.324,80
Propriedades de investimento	3.2.2 e 6	4.365.000,00	4.365.000,00
Ativos intangíveis	3.2.3 e 7		
Investimentos financeiros	3.2.4 e 15.2	250.047,92	250.005,47
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
		6.428.868,64	6.439.999,32
Ativo corrente			
Inventários	3.2.5 e 8	19.592,92	19.152,35
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 15.3	1.208,67	26.328,68
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 12.1	7.158,31	6.599,53
Outras contas a receber	3.2.6 e 12.2	15.117.001,22	15.171.205,25
Diferimentos	12.2	3.085,25	3.051,46
Outros ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	3.2.6 e 12.3	631.910,89	670.478,60
		15.779.957,26	15.896.815,87
Total do Ativo		22.208.825,90	22.336.815,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	3.2.7 e 15.1		
Fundos		882.440,26	1.003.099,79
Excedentes técnicos			
Reservas		18.852.214,01	14.574.783,60
Resultados transitados	2.4	90.216,88	90.216,88
Excedentes de revalorização	3.2.1 e 5	1.217.149,62	1.217.149,62
Outras variações nos fundos patrimoniais		62.324,80	62.324,80
		21.104.345,57	16.947.574,69
Resultado líquido do período		37.988,05	4.352.452,32
Total do fundo de capital		21.142.333,62	21.300.027,01
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas	3.2.8 e 10	267.740,70	178.787,43
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
		267.740,70	178.787,43
Passivo corrente			
Fornecedores	3.2.6 e 12.4	25.149,84	25.345,26
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos	3.2.12 e 15.3	5.989,19	6.562,08
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.6 e 12.1	694,70	3.946,70
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	12.5	728.823,77	726.388,77
Outras contas a pagar	3.2.6 e 12.5	38.094,08	95.757,94
Outros passivos financeiros			
		798.751,58	858.000,75
Total do passivo		1.066.492,28	1.036.788,18
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		22.208.825,90	22.336.815,19

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
 (CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	3.2.10 e 9	459.954,95	457.859,23
Subsídios, doações e legados à exploração	11	957,40	10.482,49
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(190,00)	
Fornecimentos e serviços externos	15.4	(128.545,73)	(146.078,57)
Gastos com o pessoal	3.2.11 e 13	(195.863,78)	(181.673,88)
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.2.8 e 10	(2.244,41)	(4.462,45)
Outras imparidades (perdas/reversões)	15.2		
Aumentos/reduções de justo valor	3.2.2 e 6		4.333.109,59
Outros rendimentos e ganhos	3.2.10 e 9	191.277,04	157.330,49
Outros gastos e perdas	15.5	(251.306,30)	(230.597,89)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		74.039,17	4.395.969,01
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6 e 7	(36.051,12)	(43.516,69)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		37.988,05	4.352.452,32
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados			
Resultado antes de impostos		37.988,05	4.352.452,32
Imposto sobre o rendimento do período	3.2.9		
Resultado líquido do período		37.988,05	4.352.452,32

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
 (CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	PERÍODOS	
	2015	2014
<u>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes e utentes	322.535,72	322.597,71
Pagamentos de subsídios	11.150,00	3.200,00
Pagamentos de apoios	16,60	44,25
Pagamento de bolsas	4.500,00	3.750,00
Pagamentos a fornecedores	349.516,79	326.963,00
Pagamentos ao pessoal	197.772,54	186.091,35
Caixa gerada pelas operações	(240.420,21)	(197.450,89)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos/pagamentos	16.260,05	9.342,36
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	(224.160,16)	(188.108,53)
<u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	78.349,95	35.016,94
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	550.000,00	429.227,02
Outros activos	32.561,50	897.273,99
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	544.900,00	1.255.530,68
Outros activos	144.922,95	69.751,99
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	24.804,48	57.348,63
Dividendos		
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	53.715,98	21.113,35
<u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de fundos		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento	126.776,47	138.462,76
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Redução de fundos		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	126.776,47	138.462,76
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	(43.667,71)	(28.532,42)
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	125.578,60	154.111,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	81.910,89	125.578,60

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
 (CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2014

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	1.186.803,15	0,00	14.564.882,29	(578,35)	0,00	90.795,23	62.324,80	24.573,16	15.928.800,28	0,00	15.928.800,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										0,00		0,00
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis					90.795,23		1.126.354,39			1.217.149,62		1.217.149,62
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(183.703,36)		9.901,31					(24.573,16)	(198.375,21)		(198.375,21)
	2	(183.703,36)	0,00	9.901,31	90.795,23	0,00	1.126.354,39	0,00	(24.573,16)	1.018.774,41	0,00	1.018.774,41
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								4.352.452,32	4.352.452,32		4.352.452,32
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3								4.327.879,16	5.371.226,73	0,00	5.371.226,73
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												0,00
Subsídios, doações e legados												0,00
Outras operações												0,00
	5	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5	1.003.099,79	0,00	14.574.783,60	90.216,88	0,00	1.217.149,62	62.324,80	4.352.452,32	21.300.027,01	0,00	21.300.027,01

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO		Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe									UNIDADE MONETÁRIA: EURO	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	6	1.003.099,79	0,00	14.574.783,60	90.216,88	0,00	1.217.149,62	62.324,80	4.352.452,32	21.300.027,01	0,00	21.300.027,01
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico										0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas										0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras										0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis										0,00		0,00
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações										0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos										0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		(120.659,53)		4.277.430,41					(4.352.452,32)	(195.681,44)		(195.681,44)
	7	(120.659,53)	0,00	4.277.430,41	0,00	0,00	0,00	0,00	(4.352.452,32)	(195.681,44)	0,00	(195.681,44)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8								37.988,05	37.988,05		37.988,05
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8								(4.314.464,27)	(157.693,39)	0,00	(157.693,39)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												0,00
Subsídios, doações e legados												0,00
Outras operações												0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	11=6+7+8+10	882.440,26	0,00	18.852.214,01	90.216,88	0,00	1.217.149,62	62.324,80	37.988,05	21.142.333,62	0,00	21.142.333,62

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Paula F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Anibal (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
 (CC 3301)

FAS - FUNDO DE AÇÃO SOCIAL
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO		
Activo não corrente		
Investimentos financeiros	12.991.381,60	12.614.648,58
	12.991.381,60	12.614.648,58
Activo corrente		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	708,00	5.700,00
Outras contas a receber	327.645,24	348.285,15
Caixa e depósitos bancários	1.070.327,46	1.449.501,44
	1.398.680,70	1.803.486,59
Total do activo	14.390.062,30	14.418.135,17
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	14.410.610,18	14.163.326,22
Resultados transitados	(2.210,51)	(2.210,51)
	14.408.399,67	14.161.115,71
Resultado líquido do período	(39.828,32)	247.283,96
Total do fundo de capital	14.368.571,35	14.408.399,67
Passivo		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	1.005,00	1.193,00
Outras contas a pagar	20.485,95	8.542,50
	21.490,95	9.735,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	14.390.062,30	14.418.135,17

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2015	2014
Vendas e serviços prestados	0,00	0,00
Custos inerentes a associados	(148.302,23)	(139.865,65)
Custos da prestação de serviços	(126.776,47)	(138.462,76)
Fornecimentos e serviços externos	(22.144,62)	(18.484,83)
Provisões (aumentos/reduções)	(111.119,63)	(97.650,62)
Provisões BES (aumentos/reduções)	(266.097,00)	
Outras imparidades (perdas/reversões)	14.581,81	1.223,12
Juros obtidos	620.029,82	640.524,70
Outros gastos e perdas	0,00	0,00
Resultado líquido do período	(39.828,32)	247.283,96

**FASC - FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2015**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO		
Activo não corrente		
Investimentos financeiros		
Activo corrente		
Pensionistas		
Outras contas a receber	4.478,63	4.853,97
Caixa e depósitos bancários	234.679,94	255.256,81
	239.158,57	260.110,78
Total do activo	239.158,57	260.110,78
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	(19.275,37)	(35.369,94)
Resultados transitados	5.519,65	5.519,65
	(13.755,72)	(29.850,29)
Resultado líquido do período	(17.054,09)	16.094,57
Total do fundo de capital	(30.809,81)	(13.755,72)
Passivo		
Passivo não corrente		
Provisões específicas		
Pensões	254.457,27	258.702,46
Subsídio por Morte	13.350,31	14.216,09
	267.807,58	272.918,55
Passivo corrente		
Pensionistas	2.160,80	947,95
Outras contas a pagar		
	2.160,80	947,95
Total do passivo	269.968,38	273.866,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	239.158,57	260.110,78

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2015**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2015	2014
Subsídios, doações e legados à exploração	10.000,00	37.563,46
Fornecimentos e serviços externos		(1.235,85)
Pensões	(36.995,28)	(41.178,36)
Provisões específicas (aumentos/reduções)	5.110,97	12.568,85
Outras imparidades (perdas/reversões)		400,00
Juros obtidos	4.830,22	7.976,47
Resultado líquido do período	(17.054,09)	16.094,57

FNL - FUNDO NORBERTO LOPES
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RUBRICAS	DATAS	
	31-12-2015	31-12-2014
ACTIVO		
Activo corrente		
Outras contas a receber	43,40	268,55
Caixa e depósitos bancários	36.932,99	36.341,41
Total do activo	36.976,39	36.609,96
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		
Fundos patrimoniais		
Excedentes técnicos	36.038,04	35.123,28
Resultados transitados	571,92	571,92
	36.609,96	35.695,20
Resultado líquido do período	366,43	914,76
Total do fundo de capital	36.976,39	36.609,96
Passivo		
Total do passivo		
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	36.976,39	36.609,96

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2015

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS	
	2015	2014
Fornecimentos e serviços externos		(0,50)
Prémios		
Juros obtidos	366,43	915,26
Resultado líquido do período	366,43	914,76

D.

ANEXO

1 — Identificação da Entidade

1.1 — Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 — Sede

Rua da Horta Seca nº 20, em Lisboa

1.3 — Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de Abril de 1905, pessoa coletiva nº 500902356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso nº 6726-B/2011 de 10 de Março.

Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2014.

2.4 — Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL — divulgação transitória

Com a alteração do normativo contabilístico em 2012 foram desreconhecidos valores constantes do imobilizado incorpóreo que não reuniam as condições para serem reclassificados em ativos intangíveis. Os ajustes da transição, no valor de 578,35€, foram reconhecidos em resultados transitados.

3 — Principais políticas contabilísticas:

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL.

As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 — Outras políticas contabilísticas

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções após reabilitação: 50 anos

Equipamento básico: 3 a 7 anos

Equipamento administrativo: 3 a 10 anos

Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

As propriedades de investimento são valorizadas inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transação que lhe sejam diretamente atribuíveis. Subsequentemente podem ser mensuradas de acordo com o modelo do custo ou do justo valor.

No modelo do custo as propriedades de investimento são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Os critérios de depreciação, vidas úteis e taxas são os mesmos enunciados para os ativos fixos tangíveis.

O justo valor das propriedades de investimento é determinado com base em avaliações de entidades especializadas que refletem o valor atual da propriedade de investimento no mercado. A variação ocorrida entre o justo valor no início e no fim do período é reconhecida em resultados do exercício. As depreciações são reconhecidas até ao momento da transição de modelos.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem. As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas.

3.2.3 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Programas de computador: 3 anos

3.2.4 – Investimentos financeiros

A Entidade, em consonância com os princípios contabilísticos da consistência e da prudência, tendo como premissa que os seus investimentos são classificados como “carteira a vencimento”, havendo a garantia de capital na maturidade, mantém os critérios de valorização dos títulos:

- a mensuração dos títulos faz-se ao custo de aquisição;
- nas aquisições acima do par, é constituída provisão pelo valor do prémio; esta provisão é objeto de especialização até à maturidade;
- não reconhece em resultados o diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento exceto em situações de probabilidade de perda quase total; foi o caso no corrente exercício do título BES – obrigação não subordinada com maturidade em 15.01.2018, que por decisão inesperada do Banco de Portugal de 29.12.2015 transitou do NB para o BES. O Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa, na sua carteira de investimentos, detinha do referido título 300.000 euros em valor nominal, com um custo em balanço de 297.846 euros e que em 31.12.2015 tinha um valor de mercado de 31.749 euros. Neste caso foi reconhecido em resultados, do referido fundo, uma provisão de 266.097 euros, correspondente ao diferencial entre o valor de mercado e o valor de investimento.

O desconhecimento ocorre na maturidade. Nas aquisições abaixo do par a mais valia é reconhecida na demonstração de resultados do exercício do vencimento.

3.2.5 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.6 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Ajustamentos de contas a receber, sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 30 dias e 18 meses, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Englobam-se sob este título os fornecedores de imobilizado e os empréstimos obtidos de outros fundos geridos pela Entidade. Estas dívidas estão registadas pelo valor nominal e não vencem juros.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

Em 2013, após consulta e parecer favorável do Conselho Geral, o Conselho de Administração destacou do Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários uma dotação para uma reserva especial destinada a financiar o pagamento de

indenizações por denúncia de contratos de arrendamento, a reabilitação do prédio da Rua do Loreto e a requalificação do posto clínico da sede. Em 2015 esse fundo foi reforçado na exata medida dos valores efetivamente suportados com a aquisição de equipamento clínico.

3.2.8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita a ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.9 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10º do Código do IRC.

3.2.10 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

As rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento referem-se ao arrendamento do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.11 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de Dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte, e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.12 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em Janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de Dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros e do funcionamento da Noticiaria (espaço de co-work) e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-Lei nº 20/90, de 13 de Janeiro e na Lei nº 16/2001, de 22 de Junho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reavaliações</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Bens do património histórico e artístico e cultural	62.324,80	-	-	-	-	62.324,80
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	585.500,00	-	-	-	-	585.500,00
Edifícios e outras construções	1.129.500,00	-	-	-	-	1.129.500,00
Equipamento básico	53.544,23	17.145,91	-	3.796,47	-	66.893,67
Equipamento administrativo	175.892,39	7.732,08	-	6.600,07	-	177.024,40
	<u>2.006.761,42</u>	<u>24.877,99</u>	<u>-</u>	<u>10.396,54</u>	<u>-</u>	<u>2.021.242,87</u>

Depreciações Acumuladas

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Outros ativos fixos tangíveis					
Edifícios e outras construções	-	22.590,00	-	-	22.590,00
Equipamento básico	49.559,32	3.221,63	3.796,47	-	48.984,48
Equipamento administrativo	132.208,25	10.239,49	6.600,07	-	135.847,67
	<u>181.767,57</u>	<u>36.051,12</u>	<u>10.396,54</u>	<u>-</u>	<u>207.422,15</u>

As depreciações escrituradas nos períodos de 2015 e 2014 foram as seguintes:

Gastos com Depreciações

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Outros ativos fixos tangíveis		
Edifícios e outras construções	22.590,00	28.655,66
Equipamento básico	3.221,63	1.920,22
Equipamento administrativo	10.239,49	7.460,19
	<u>36.051,12</u>	<u>38.036,07</u>

6 – Propriedades de investimento

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas encontram-se referidos na nota 3.2.2. Não houve reavaliação do imóvel da Rua do Loreto pelo que, durante o exercício não ocorreu movimento na quantia escriturada das propriedades de investimento, nem foram apuradas imparidades, nem escrituradas depreciações.

Ativo Bruto

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Reavaliações</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Terrenos e recursos naturais	1.527.750,00	-	-	-	-	1.527.750,00
Edifícios e outras construções	2.837.250,00	-	-	-	-	2.837.250,00
	<u>4.365.000,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.365.000,00</u>

7 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.3. Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Programas de computador	74.460,91	-	4.115,08	-	70.345,83
	<u>74.460,91</u>	<u>-</u>	<u>4.115,08</u>	<u>-</u>	<u>70.345,83</u>

Amortizações Acumuladas

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumentos</u>	<u>Abates e Alienações</u>	<u>Correcções e Transf.</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Programas de computador	74.460,91	-	4.115,08	-	70.345,83
	<u>74.460,91</u>	<u>-</u>	<u>4.115,08</u>	<u>-</u>	<u>70.345,83</u>

8 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

Inventários

	<u>Inventário em 31/12/2014</u>	<u>Compras</u>	<u>Reclassificações e regularizações</u>	<u>Vendas</u>	<u>Inventário em 31/12/2015</u>
Medalhas	7.725,79	-	-	-	7.725,79
Livros	<u>11.426,56</u>	<u>1.250,00</u>	<u>619,43</u>	<u>190,00</u>	<u>11.867,13</u>
	<u>19.152,35</u>	<u>1.250,00</u>	<u>619,43</u>	<u>190,00</u>	<u>19.592,92</u>
Custo das mercadorias vendidas					<u>190,00</u>

9 – Rédito

O rédito reconhecido pela Entidade em 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

Réditos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prestação de serviços	459.954,95	457.859,23
Quotizações e joias	261.854,90	254.421,85
Credenciais e Senhas de consulta	70.968,67	64.974,62
Fundos	126.776,47	138.462,76
Vendas	354,91	-
Outros rendimentos e ganhos	<u>168.204,54</u>	<u>105.767,75</u>
Rendas	132.414,40	87.900,34
Cedência de salas	16.524,04	16.030,09
Consignação fiscal - IRS	18.523,04	871,53
Outros	743,06	965,79
Juros	<u>23.072,50</u>	<u>51.562,74</u>
Juros de depósitos	10.572,46	10.201,11
Juros de outras aplicações	<u>12.500,04</u>	<u>41.361,63</u>
	<u>651.231,99</u>	<u>615.189,72</u>

A consignação fiscal da coleta do IRS que até agora tinha sido classificada nesta rubrica passou a ser classificada em Outros Rendimentos e Ganhos de acordo com informação da Comissão de Normalização Contabilística.

10 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de um passivo contingente.

Em Novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão que lhe seja devolvido um adiantamento de 997.595,79€, efetuado no ano de 2000, por conta da dívida reconhecida pelo Instituto, do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida. Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711.192,57€ ainda em

dívida. Por estes factos e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso. Em 2015 não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

Provisões Matemáticas

	<u>Saldo em 31/12/2014</u>	<u>Aumento de garantias</u>	<u>Constituição e reforço</u>	<u>Reversões e utilizações</u>	<u>Saldo em 31/12/2015</u>
Capital por Morte	178.787,43	86.708,86	2.244,41	-	267.740,70
	<u>178.787,43</u>	<u>86.708,86</u>	<u>2.244,41</u>	<u>-</u>	<u>267.740,70</u>

O aumento da garantia regulamentar, de 850 euros para 1.000 euros, traduziu-se num aumento da provisão matemática por contrapartida do fundo patrimonial.

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias, têm a seguinte divulgação:

Fundo Permanente de Capital por Morte

	<u>Património Líquido</u>	<u>Provisões Matemáticas</u>	<u>Grau de cobertura</u>
Capital por Morte	346.144,68	267.740,70	129,28%
	<u>346.144,68</u>	<u>267.740,70</u>	

11 – Subsídios e outros apoios

Não foram recebidos quaisquer subsídios, no período em análise. Foram no entanto recebidos outros apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

	<u>Valor atribuído</u>	
	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Doações e benefícios prescritos	957,40	10.482,49
	<u>957,40</u>	<u>10.482,49</u>

A consignação fiscal da coleta do IRS que até agora tinha sido classificada nesta rubrica passou a ser classificada em Outros Rendimentos e Ganhos de acordo com informação da Comissão de Normalização Contabilística.

12 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros, encontram-se descritas na nota 3.2.6. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

12.1 – Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2015 e 2014, apresentava os seguintes saldos:

Associados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Dívidas de quotas		
Até 3 meses	1.315,67	1.286,55
De 4 a 12 meses	1.450,70	2.830,75
Mais de 12 meses	44,00	318,25
Dívidas de Posto Médico		
Até 3 meses	1.304,19	759,00
De 4 a 12 meses	2.881,75	1.052,00
Mais de 12 meses	162,00	352,98
	<u>7.158,31</u>	<u>6.599,53</u>

Beneficiários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Capital por morte		
Até 1 ano	-	800,00
De 2 a 5 anos	694,70	2.294,70
Mais de 5 anos	-	852,00
	<u>694,70</u>	<u>3.946,70</u>

12.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a seguinte decomposição:

Outras Contas a Receber

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores (saldos contrários)	-	2.425,92
Adiant. e outras operações com o pessoal	300,00	-
Adiant. a fornecedores de investimentos	-	-
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a Receber	13.507,75	15.239,73
Outros acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores		
IGFSS - Publicidade	711.192,43	711.192,43
Outros	24.085,95	17.113,50
Fundos	<u>14.367.915,09</u>	<u>14.425.233,67</u>
	<u>15.117.001,22</u>	<u>15.171.205,25</u>

Diferimentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferimento de gastos		
Outros gastos diferidos	3.085,25	3.051,46
	<u>3.085,25</u>	<u>3.051,46</u>

12.3 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2015 e 2014, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos bancários

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	1.400,00	1.400,00
Depósitos à ordem	80.510,89	124.178,60
Depósitos a prazo	<u>550.000,00</u>	<u>544.900,00</u>
	<u>631.910,89</u>	<u>670.478,60</u>

12.4 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Fornecedores gerais	17.577,85	14.562,88
Médicos e Entidades convencionadas	<u>7.571,99</u>	<u>10.782,38</u>
	<u>25.149,84</u>	<u>25.345,26</u>

12.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

Outras Contas a Pagar

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Corrente		
Clientes (saldos contrários)	-	-
Pessoal	77,07	-
Fornecedores de investimentos	-	59.306,45
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar ao pessoal	25.799,56	24.334,37
Outros acréscimos de gastos	9.257,44	9.670,72
Outros Credores	<u>2.960,01</u>	<u>2.446,40</u>
	<u>38.094,08</u>	<u>95.757,94</u>

Diferimentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Diferimentos de Rendimentos		
Rendas	17.631,20	15.196,20
Adicional de Publicidade	711.192,57	711.192,57
Outros	-	-
	<u>728.823,77</u>	<u>726.388,77</u>

13 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2015 foi de 9 pessoas (8 em 2014).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

Gastos com o Pessoal

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações do pessoal	144.426,78	135.590,32
Encargos sobre Remunerações	31.761,82	29.294,44
Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis.	1.334,43	1.100,16
Outros gastos com Pessoal	<u>18.340,75</u>	<u>15.688,96</u>
	<u>195.863,78</u>	<u>181.673,88</u>

Em 2015 ocorreram eleições para os Órgãos Associativos, tendo havido alterações à titularidade do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Número de membros dos Órgãos Sociais

	Efetivos	Suplentes
Conselho de Administração	5	4
Conselho Fiscal	3	3
Mesa da Assembleia Geral	3	3
	11	10

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

14 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

5 – Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

15.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

	Saldo em 31/12/2014	Aumentos e Reavaliações	Aplicação de resultados	Saldo em 31/12/2015
Fundos				
Capital por Morte	109.385,46	(86.708,86)	5.946,21	28.622,81
Cuidados de Saúde Primários	769.157,79	(51.359,14)	3.606,30	721.404,95
Solidariedade Associativa	54.497,15		5.401,86	59.899,01
Internamento Hospitalar	70.059,39		2.454,10	72.513,49
Reservas Legais	146.313,29		1.934,27	148.247,56
Outras Reservas				
Fundo de Ação Social	14.410.610,18	(39.828,32)		14.370.781,86
Fundo Autónomo de Subsídio Complementar	(19.275,37)	(17.054,09)		(36.329,46)
Fundo Norberto Lopes	36.038,04	366,43		36.404,47
Reserva Especial - Obras e Indem.	1.097,46	(1.097,46)		0,00
Reserva Especial p/ Valorização Património			4.333.109,58	4.333.109,58
Resultados transitados	90.216,88			90.216,88
Excedentes de revalorização	1.217.149,62			1.217.149,62
Outras variações no capital próprio	62.324,80			62.324,80
Resultado líquido do exercício	<u>4.352.452,32</u>	<u>37.988,05</u>	<u>(4.352.452,32)</u>	<u>37.988,05</u>
	<u>21.300.027,01</u>	<u>(157.693,39)</u>	<u>-</u>	<u>21.142.333,62</u>

De acordo com o exposto na nota 3.2.7., foi constituída em 2015 e utilizada uma reserva especial, destacada do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinada a financiar equipamento de requalificação do posto clínico da sede, de modo a dotá-lo de condições para a realização de meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica até aí inexistentes.

15.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros

	Saldo em 31/12/2014	Aquisições	Abates e Alienações	Saldo em 31/12/2015
Obrigações do Tesouro	-	-	-	-
Obrigações diversas	-	-	-	-
Obrigações de Caixa	250.000,00	-	-	250.000,00
Fundo Compen. Trabalho	5,47	42,45	-	47,92
	<u>250.005,47</u>	<u>42,45</u>	-	<u>250.047,92</u>

15.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

	2015	2014
Saldos Devedores		
Retenção imposto s/ rendimento	-	-
IVA - A Recuperar	1.208,67	26.328,68
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	-	-
	<u>1.208,67</u>	<u>26.328,68</u>
Saldos Credores		
Retenção imposto s/ rendimento	2.415,25	3.154,00
IVA - A Pagar	58,59	-
Restantes Impostos	-	-
Contribuição p/ Segurança Social	3.509,23	3.405,02
Contribuição p/ FCT / FGCT	6,12	3,06
	<u>5.989,19</u>	<u>6.562,08</u>

15.4 – Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2015 e 2014, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

	2015	2014
Trabalhos especializados	14.479,68	36.896,44
Publicidade e propaganda	4.967,00	5.401,40
Honorários	25.294,00	30.453,69
Conservação e reparação	8.275,68	6.305,53
Outros	4.097,96	4.698,60
Materiais	8.084,11	6.448,46
Energia e fluidos	11.470,76	10.249,84
Deslocações, estadas e transportes	5.220,30	4.664,65
Comunicação	7.338,62	6.033,27
Seguros	2.836,45	2.558,56
Licenças	6.240,07	3.673,39
Contencioso e notariado	413,64	988,14
Despesas de representação	1.835,80	3.281,64
Limpeza, higiene e conforto	16.688,62	15.009,62
Outros serviços	11.303,04	9.415,34
	<u>128.545,73</u>	<u>146.078,57</u>

15.5 – Outros gastos e perdas

A rubrica de Outros gastos e perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros gastos e perdas

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos	2.161,13	623,77
Custos com apoios financeiros		
Capital por Morte	7.000,00	4.000,00
Bolsas de Estudo	4.500,00	3.750,00
Subsídio de Parentalidade	1.750,00	-
Internamento Hospitalar	50.809,16	42.873,24
Cuidados de Saúde Primários	182.881,63	171.068,52
Outros	2.204,38	8.282,36
	<u>251.306,30</u>	<u>230.597,89</u>

15.6 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Lisboa, 3 de Março de 2016

O Conselho de Administração
J. Goulart Machado (presidente)
Paulo F. Silva (vice-presidente)
Carlos Lobato (vogal)
Rui Peres Jorge (vogal)
Sérgio Aníbal (vogal)

A Contabilista Certificada
Luísa Pereira
(CC 3301)

E.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Ao abrigo do Artigo 60º, número 1, alínea c) dos Estatutos da Casa da Imprensa, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer às contas do exercício de 2015 apresentadas pelo Conselho de Administração.

O CF constata que a Casa da Imprensa prosseguiu a sua missão mutualista, em 2015, num quadro de mudanças no último trimestre. Por um lado, de alterações ao Regulamento de Benefícios e ao Regulamento do Fundo de Ação Social, cujos impactos positivos se manifestam em linha com o previsto. Por outro, de decisões exógenas e inesperadas que penalizam a Casa da Imprensa e evidenciam a incerteza que rodeia o mercado de capitais.

O CF regista ainda que mais um ano passou sem que a CI tenha sido ressarcida da dívida de 711.192,97 euros da Segurança Social, processo que se encontra em trâmite judicial.

O CF observa positivamente o facto de todas as modalidades mutualistas terem fechado com resultados líquidos positivos, pelo quarto ano consecutivo, e de o resultado líquido positivo global de 37.988,05 euros indicar uma gestão que procurou o equilíbrio da situação financeira da CI.

Face ao exposto, o CF dá o seu parecer positivo ao relatório e contas de 2015.

Lisboa, 28 de março de 2016

Lurdes Ferreira (Presidente)

Helder Carvalho Martins (Secretário)

Luísa Bessa Coelho (Relatora)



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa
Telefs.: 21 342 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto
Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10
E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30